



Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM

Belo Horizonte, ano 16, n. 58, out./dez. 2015

Editorial

- ◆ A urgência da educação ambiental

Doutrina

Artigos

- ◆ Constitucionalidade da regulação do uso do solo metropolitano à luz da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole
Felipe Lélis Moreira
- ◆ Escolha administrativa da modalidade de concessão
Kleber Bispo dos Santos
- ◆ Licitação, disponibilidade de caixa e centralização da movimentação bancária da Administração Pública: atratividade e potencialidade desse ativo como fonte de aumento da receita
Laone Lago
- ◆ Regulação econômica das rodovias públicas na perspectiva dos direitos fundamentais e da Análise Econômica do Direito
Leandro Novais e Silva, Vincenzo Demétrio Florenzano
- ◆ Direito ambiental e o agronegócio
Luiz Carlos Aceti Júnior
- ◆ O princípio da simetria no federalismo assimétrico brasileiro
Marcílio Henrique Guedes Drummond
- ◆ Avanços, limitações e desafios da política habitacional do governo Lula: direito à habitação em oposição ao direito à cidade
Nabil Bonduki
- ◆ A presença do patrimônio cultural nos planos diretores de municípios brasileiros
Renato Cymbalista

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Ação civil pública – Improbidade administrativa – Concessão de uso de bem público a terceiros – Construção de quiosques em praça pública – Agentes públicos e terceiros beneficiados pelo ato improprio – Inexistência de litisconsórcio necessário

◆ Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Ação civil pública – Parcelamento do solo urbano – Regularização de loteamento privado – Responsabilidade subsidiária do município – Artigo 40, da Lei nº 6.766/1979 – Procedimento facultativo

◆ Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Administrativo – Ação de improbidade administrativa – Secretário Municipal do Meio Ambiente – Concessão de licenças que ensejam danos graves ao meio ambiente – Sanções aplicadas – Artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92

◆ Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Administrativo – Ação civil pública – Plano Diretor de Florianópolis/SC – Obrigação de fazer – Adoção de medidas para concretizar a obediência à Lei nº 12.257/01 (Estatuto das Cidades) e a Constituição Federal de 1988 – Participação da população – Controle de legalidade exercido pelo Judiciário – Participação informada como condição de legalidade – Responsabilização do Município – Afastada a condenação da União quanto ao dever de orientar e fiscalizar a elaboração do Plano Diretor – Dever constitucional que se restringe à elaboração de diretrizes e leis de normatização – Princípio da legalidade e da autonomia dos entes

◆ Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Administrativo – Ação civil pública – Improbidade administrativa – Verbas oriundas de convênio firmado entre a municipalidade e a União – Aquisição de material permanente e equipamentos hospitalares – Objeto recebido, mas só efetivamente utilizado mais de um ano depois – Pagamento a maior à empresa licitante – Conduta de retardar a prática de ato de ofício

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Constitucional
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Licitações e Contratações Públicas
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tombamento
- ◆ Tributário

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Concurso Público
- ◆ Convênio
- ◆ Licitações e Contratações Públicas
- ◆ Tributário